



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –
E-mail: conanda@sdh.gov.br - Acesso: www.direitosdacrianca.gov.br

262ª Assembleia Ordinária do Conanda

1. PAUTA da 262ª Assembleia Ordinária

DATA: 7 e 8 de junho de 2017

Local: Ministério dos Direitos Humanos – Edifício Parque Cidade Corporate

07/06/2017 – Reunião das Comissões Permanentes e Assembleia Ordinária

9h-12h: Reunião das Comissões Permanentes do Conanda

- CPP: Sala hall dos elevadores, 9º andar;
- CMF: Sala de reuniões da SNDCA, 8º andar;
- CDHAP: Sala de reuniões da SNPDDH, 9º andar;
- COF: Sala de reuniões da SNPD, 8º andar.

12h- 14h: Intervalo para almoço

14h-18h20: 262ª Assembleia Ordinária

Local: Sala da Educação Corporativa – Ministério dos Direitos Humanos, 10º andar

14h-14h10: Abertura, aprovação da pauta da 262ª Assembleia Ordinária

14h10-14h20: Informes

- Ampliação do tempo da consulta pública do Protocolo de Ações para Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Contexto de Obras e Empreendimentos;
- Revogação da resolução 183, de 9/03/2017 e publicação 187, de 23/05/2017 - Aprova o documento Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua;
- MP 781 – que autoriza a utilização de recursos do fundo penitenciário para o SINASE;
- Parabenizar à Abrinq pela representação na Comissão Nacional de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

14h20-18h: Relatoria das Comissões Permanentes

14h20-16h20: Comissão de Políticas Públicas – CPP

16h20-17h20: Comissão de Orçamento e Finanças – COF

17h20-18h20: Comissão de Mobilização e Formação – CMF

18h20: Encerramento do primeiro dia de Assembleia Ordinária

08/06/2017 – Assembleia Ordinária

Local: Sala Plenária – Ministério dos Direitos Humanos, 10º andar.

9h-10h: Fabio Bruni do CNAS para informar sobre o BPC.

10h-11h: SINASE;

11h-12h: GTs - Constituição de GTs

12h- 14h: Intervalo para almoço

14h-15h: Relatoria da COF.

15hs – 15h30: Apreciação da Resolução do Prazo do Plano Decenal.

15h30 -17h: Apreciação da Minuta de Resolução da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

17h: Encerramento da 262ª Assembleia Ordinária do Conanda.

09/06/2017 – 2ª Reunião da Comissão de Seleção para avaliação das propostas do Edital de Chamamento Público

Local: Sala da Educação Corporativa – Ministério dos Direitos Humanos, 10º andar.

RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

PARTICIPANTES

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Claudia de Freitas Vidigal - Secretaria de Direitos da Criança e Adolescente

Gabriela Cruz - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Maria Yvelônia Barbosa - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Manoela Dutra Macedo - Casa Civil

Maria Clara das Graças Gontijo Guimarães Menna Barreto - Ministério da Educação

Sociedade Civil:

Roberta Gomes Motta - Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF

Anna Beatriz Langue Peranovich Leite - Federação Nacional das APAES-FENAPAES

Catarina de Santana Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Lucimara Cavalcante - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Renato Cesar Ribeiro Bonfim - Casa de Cultura Ilê Asé D' Osoguá – CCIAO

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus

Vitor Cavalcante de Sousa Valério – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Conselheiros Suplentes Presentes:**Governamentais**

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório - Secretaria Especial de Direitos Humanos

Eduardo Gomor dos Santos - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Fábio Costa de Souza - Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda

Luiz Claudio Barcelos - Ministério da Saúde

Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa - Ministério do Desenvolvimento Social

Sociedade Civil:

Antonio Lacerda Souto - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Manoel Torquato Carvalho de Souza - Associação Nacional Criança Não é de Rua

Sérgio Eduardo Marques da Rocha - Aldeias Infantis SOS Brasil

Thais Nascimento Dantas - Instituto Alana

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima - Conanda/MDH

Arlete Alves - Conanda/MDH

Amanda Ferreira – ECPAT Brasil

Cleide Duarte - Conanda/MDH

Eduardo Nepomuceno - MJSP
Jean Marcos- Conanda//MDH
Mariana Neris – MDS
Marcia Rocha - FNDCA
Mirian Santos – Representante CDCA/MG
Patricia Arantes - Conanda/MDH
Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH
Raquel Martins – MDS/CNAS

Faltas justificadas:

Jimena Djuara Nunes da Costa Grignani
Glicia Thais Salmeron de Miranda

1. Abertura, aprovação da pauta da 262ª Assembleia Ordinária:

O Vice-presidente do Conanda Professor Marquinhos faz abertura da 262ª Assembleia Ordinária, justificando a ausência da Presidente do conselho a Sra. Claudia Vidigal que está em agenda da OAB Nacional no Rio de Janeiro, foi dada ciência dos informativos disponíveis a mesa como pauta os ofícios encaminhados que foram deliberados na última assembleia. O conselheiro Danyel Iório suplente da Presidente Claudia Vidigal. Abre aprovação da pauta e avisa da reunião do Fórum/FNDCA no final da assembleia e que os conselheiros que fazem parte da Comissão de avaliação do Edital iram permanecer no dia 09, a pauta foi aprovada.

2. Informes:

a. Ampliação do tempo da consulta pública do Protocolo de Ações para Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Contexto de Obras e Empreendimentos.

O conselheiro Danyel relata que esse assunto já foi debatido em plenária e a secretaria decidiu manter a consulta pública e já foi enviado e-mail para todos os conselheiros.

b. Revogação da resolução 183, de 9/03/2017 e publicação 187, de 23/05/2017 - Aprova o documento Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.

O conselheiro Danyel explica o motivo da revogação da resolução 183, devido a um erro pois no texto que já havia sido publicado anteriormente, quando cancela é necessário criar um novo número de resolução.

c. MP 781 – que autoriza a utilização de recursos do fundo penitenciário para o SINASE.

Se trata de uma medida provisória, caso aprovada abre a possibilidade de usar recursos do fundo penitenciário nacional para construção de unidades do sistema socioeducativos (Sinase). Foi informado que o assunto será e que esse assunto será pautado na CDH/AP.

d. Parabenizar à Abrinq e a Visão Mundial pela representação na Comissão Nacional de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As instituições foram selecionadas para compor a Comissão Nacional de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

e. Representação do Conanda no CNDH

O Vice presidente faz menção ao Fórum/FNDCA e cita a reunião do Fórum no final da assembleia. O Conselheiro Manoel Torquato pede a fala e informa sobre a participação dele representando o Conanda na Comissão Permanente de população em situação de rua do CNDH.

f. Outros pontos trabalhados:

O conselheiro Renato informa e parabeniza o CMDCA de João Pessoa/PB que criou o primeiro conselho consultivo de crianças e adolescentes com uma eleição democrática.

Cita também fato e o ocorrido em Lagoa Seca em uma unidade socioeducativo, sobre a violação de direitos de adolescentes mortos de maneira brutal como ele enviou e-mail achou que esse assunto estaria na pauta e pede providencias.

O vice presidente lembra a todos que já foi aprovado em plenária que todo ato de violação de direitos não e necessário esperar a assembleia para se pronunciar e o Conselho já pode dar encaminhamentos nesses casos.

O conselheiro Romero também espera que essas violações entre na pauta do Sinase.

O Conselheiro Vitor Cavalcante tem fotos e e-mails recebidos do caso de lagoa seca e que e necessário uma ação imediata desse conselho.

O Conselheiro Edmundo pede que o conselho se pronuncie em relação a uma denúncia mostrada no Fantástico de um juiz que coloca os adolescentes para limpar chão e lavar banheiro e pede inclusão na pauta.

O vice presidente afirma de esses fatos serão debatidos sem a necessidade de alterar a pauta.

3. Relato das comissões:

a. Comissão de Políticas Públicas: CPP

Coordenadora: Conselheira Juliana Maria Fernandes Pereira

Relatora: Conselheira Catariana de Santana Silva

Principais pontos abordados:

a) Aprendizagem profissional do ensino médio

A conselheira Catarina inicia o relato dizendo que devido ao pouco tempo irá distribuir o material trabalhado na comissão no dia seguinte. Algumas questões foram resolvidas e encaminhadas, solicitar um representante do MEC para falar dos impactos na aprendizagem profissional mediante a reforma do ensino médio, a conselheira Ana Clara diz que o professor Wisley saiu da reunião interessado em se inteirar mais dos debates da comissão com a finalidade de trabalhar nesse tema.

b) Resolução Conjunta CONANDA e CNAS

O conselheiro Manoel relata sobre a Resolução conjunta com CNAS sobre crianças e adolescentes e situação de rua. A resolução foi para consulta pública e consolidada em um documento final que foi para apreciação da CPP/Conanda onde foi aprovado e encaminhado a CPP do CNAS e o plenário onde também foi aprovado após algumas contribuições e chega a plenária do Conanda para ser votado. A representante do CDCA/MG, a Sra. Miriam sugere que a mesa diretora do Conanda faça discursão com MEC, MDS para conversar sobre o vazio que ficou em relação as entidades sem fins lucrativos que ofertam aprendizagem, quem vai assegurar que essas entidades possam assegurar a aprendizagem de nível básico e não de nível tecnológico e necessário a mesa diretora garantir pois são mais de 100.000 adolescentes atendidos por entidades sem fins lucrativos para que esses não fiquem sem política pública de aprendizagem. E outra questão e que o Conanda precisa mandar ofício para o senado contrário a reforma trabalhista rural, pois ela acaba com aprendizagem. A conselheira Catarina relata que já foi feito o texto e teria que ter a contribuição dos conselheiros do Governo e seria encaminhado, o conselheiro Danyel diz que a nota já está pronta e direcionada o outro PL, mais será recuperada e lida no dia seguinte. O conselheiro Manoel faz leitura da Resolução conjunta CPP/Conanda e CPP/CNAS, onde após alguns destaques e esclarecimentos é aberta a votação, onde todos votam favoráveis. Resolução conjunta CNAS / CONANDA aprovada por unanimidade.

c) Oficina sobre Guarda Subsidiada e Família Acolhedora

A representante do CNAS a Sra. Mariana Neris relata que ocorreu a primeira oficina de acolhimento e guarda subsidiada, onde o objetivo foi promover a ampliação as alternativas de proteção de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, aperfeiçoando o serviço de família acolhedoras e estão trabalhando para atender o marco da primeira infância evitando tirar bebês das mães. Ela apresenta a campanha produzida pela Prefeitura de Campinas/SP que doou ao governo federal as orientações de famílias acolhedora, foi apresentado o vídeo que está no site do MDS sobre família acolhedora. A portaria que autoriza o uso de recursos para pagar a famílias acolhedora deverá ser publicada em breve. A conselheira Catarina da continuidade relatando que a CPP irá contribuir com a consulta pública do MDS

com a elaboração do plano individual de atendimento a crianças e adolescentes em serviços de acolhimento.

Deliberações / Encaminhamentos:

1. Convidar o representante do MEC Prof. Wisley para participar da reunião da CPP em julho;
2. Ofício para o MEC solicitando que sempre que houver reunião sobre o tema sobre aprendizagem profissional no ensino médio o Conanda seja chamado;
3. Convite para o Fórum Nacional de Aprendizagem (profissional do ensino médio) para participar da reunião de julho;
4. Aprovada a resolução conjunta CNAS/CONANDA;
5. Encaminhar ofício sobre o caso de Uberlândia solicitando as instituições informações sobre o que ocorreu na aplicação da prova, bem como a anulação do vestibular. Após o retorno o Conanda deverá notificar o MPF. (Miriam ira encaminhar material para construção do ofício e nota);
6. Leitura da Minuta da nota de aprendizagem – aprovada para divulgação.

b. Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Coordenadora: Conselheira Lucimara Cavalcante

Relatora: A definir

Principais pontos abordados:

a) Celebração ao 12 de julho, Dia Mundial conta o Trabalho Infantil:

A Conselheira Lucimara dá início ao relato da comissão informando que a pauta foi discutir sobre o dia 12 de junho o dia mundial contra o trabalho infantil, será utilizado material do documentos e material gráficos que está sendo disponibilizado no site do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, o Conanda vai utilizar esse mesmo material colocando sua logomarca.

b) Celebração ao 13 de julho, 27 anos do ECA.

Foi dado encaminhamento a solicitação a Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara dos Deputados da audiência em comemoração ao aniversário do ECA com a temática da letalidade, serão convidadas algumas autoridades, o observatório das favelas e a ANCED.

c) Resolução de Participação.

A resolução de participação não foi publicada está em análise da assessoria jurídica da SNDCA. Após a publicação da Resolução de participação começará os fluxos para implementação da mesma, com a implementação da Resolução Convocatórias dos Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Acompanhamento audiência pública em comemoração ao aniversário ECA – Tema Letalidade.

2. Compartilhar a resolução convocatórias para conselhos quanto a escolha dos adolescentes para compor o Comitê de participação, incluindo a Resolução de Convocação dos CEDCA e Orientações a proteção do adolescente.
3. Convidar o Observatório de Favelas e ANCED para compor mesa na audiência pública dos 27 anos do ECA;

c. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP

Coordenador: Avelina Neta

Relatoria: Jimena Grignani

Principais pontos abordados:

a. PL 5255/16 e PL 174/15 sobre registro civil de pessoas intersexo.

A Conselheira Thais relata que a CDH/AP após a apresentação na última assembleia da temática sobre criança e adolescentes intersexo, que a comissão ficou com a responsabilidade de fazer levantamento sobre o projeto de lei nº 5255/2016 sobre o registro civil e nele determina que a criança que nasce com sexo indeterminado possa ser registrada como sexo indeterminado ou assexuada, mais para isso e necessário uma avaliação médica, o conselho tem que avaliar o quanto vai debruçar nesse temas e trazer contribuições.

b. Convenções e tratados internacionais:

Consta no planejamento estratégico da comissão tratar sobre convenções e tratados interacionais relativos a infância e adolescência, quais estão pendentes, foi feito um pedido e a comissão está aguardando um relatório. A conselheira pede também esclarecimento sobre a audiência na comissão interamericana sobre o sistema socioeducativo e foi previsto visitas in loco a algumas localidades, a comissão solicita a secretaria que verifique se houve andamento. O conselheiro Romero explica que o Brasil tem que aceitar a visitas in loco, se faz necessário que a SNDCA faça junto ao Itamarati esse questionamento se houve tal formalidade. O Conselheiro Danyel relata que não recebeu nada do MRE, pede para Conselheiro Romero passar dados mais específicos. A servidora Inajara responde os questionamentos da comissão:

- Crianças Desacompanhadas em Fronteiras – A resolução passou pelo CNI falta passar pelo CONARI e CNIG, estão aguardando publicação.
- Tratados Internacionais: Foi encaminhado para Conanda todos os documentos internacionais principalmente as recomendações. Será contratado uma consultoria para trabalhar essa política.

c. APAC

O conselheiro Danyel fala sobre a APAC, não e nada oficial mais sendo implementada será com a cooperação técnica da Coordenação do Sinase, o conselheiro Romero solicita que esse assunto seja pautado na próxima assembleia. O conselheiro Edmundo diz não pode esperar a próxima assembleia.

d. Convite CNJ:

Encaminhar ofício com informações do termo de cooperação e da existência da comissão do Sinase e convidando o CNJ para essa discursão.

e. Mudança curricular do ensino jurídico

A conselheira Thais relata que foi realizada no dia anterior audiência pública no Conselho Federal da OAB sobre a reforma ensino jurídico, ela participou representando o Instituto Alana, não consta nessa mudança inclusão de direitos de crianças e adolescentes e será interessante o Conanda pedir essa inclusão, ela sugere fazer uma manifestação pedir inclusão dos direitos da criança como conteúdo obrigatório e levar para próxima assembleia para começar essa discursão.

f. MP 781/2017

A medida provisória que trata de destinação de recursos do FUPEM para construção e reforma de unidades socioeducativas, após conversa com Coordenador Geral Do Sinase o Sr. Ricardo Peres concluímos que o embora o foco do fundo seja o sistema prisional o valor destinado ao socioeducativo e bem significativo e que a articulação entre o DEPEM e a Secretaria está fluindo bem para garantir a forma arquitetônica respeitando os direitos das crianças a adolescentes e o DEPEM vai criar portaria para destinação e a comissão julga importante esse acompanhamento. E também procurar os fundos que possa investir na política de criança e adolescentes como o FNDE. O conselheiro Vitor Cavalcante pede muita cautela na questão de utilização desses fundos, o conselheiro Edmundo relata que na Bahia foi construída uma unidade do sistema socioeducativo com fundos penitenciário sem acompanhamento do Sinase e nem do Conselho Estadual e quando foram para a inauguração informal a unidade era um verdadeiro presidio e o governo demorou 3 anos para corrigir o erro e gastou mais do que o valor da construção, então temos e necessário muita atenção pois o dinheiro e bem vindo mais quem tem que conduzir a política quem entende dela. A conselheira Maria Yvelônia diz que existe uma grande preocupação do MEC e militância para garantir que a escola para o socioeducativo não seja dentro do sistema e sim da comunidade anexa aos centros, não e interessante o adolescente ter um certificado que seja identificado como do sistema. E outro ponta discutido na comissão foi o projeto 231/2015 que está no Senado, sobre trabalho infantil artístico na relatoria da Deputada Marta Suplicy que suspendeu até agosto esse projeto e abriu para contribuições.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Inajara deverá encaminhar um breve relato da sua fala na assembleia para os conselheiros, tendo em vista as diversas informações trazidas na plenária;
2. Inclui na pauta de julho (263ª) o tema APAC;

3. Oficiar a CGSINASE elaboração de parecer sobre a proposta e pedido de informação ao gabinete da ministra do STF sobre a proposta que trata da APAC.
4. Convidar o CNJ para assembleia de julho (263) e pedir informações por escrito sobre o APAC/ a partir desse momento fazer um debate sobre esse tema (APAC)
5. Resgatar o termo de cooperação CNJ/CONANDA-SDH-PR já firmado em anos anteriores.
6. Pedido de que a SNDCA faça a articulação com o MRE para saber como está o andamento da aceitação do estado brasileiro sobre a visita ao Brasil da corte interamericana. (PE, CE, RJ, ES, RS, SP).
7. Circular a manifestação a respeito do PLS 231/15 para os conselheiros opinarem até o dia 16/06. Nos dias 19 ou 20 a SE/CONANDA encaminha para MDS, FÓRUM PETI, CONATEI para verificar a possibilidade de assinarem a manifestação conjuntamente.

08/06/2017 - Segundo dia da 262ª Assembleia Ordinária

1. Abertura

A Presidente do Conanda Sr.^a Claudia Vidigal faz a abertura do segundo dia da 262ª Assembleia Ordinária relatando que inicialmente será tratado tema BPC e em seguida uma solenidade da assinatura da Resolução conjunta com CNAS, agradece ao Sr. Fabio presidente do CNAS pelo apoio e parceria e a presença dele.

2. Informes:

a) Benefício de Prestação Continuada:

O presidente do CNAS o Sr. Fabio Bruni agradece a parceria e diz que tem sido fundamental para as conquistas alcançadas. A presidente do Conanda pede a fala e relata que tem mais dois temas em andamentos que são família acolhedora e guarda subsidiada que está em articulação com a Secretaria de Assistência Social e quando for apropriado levará ao CNAS e que já está em andamento e a ampliação das medidas de socioeducativo em meio aberto. Volta a fala para o presidente Fabio Bruni que menciona mais dois conselheiros que o acompanham do CNAS. Ao tratar do BPC desde dezembro de 2016, quando o executivo encaminhou a proposta de emenda constitucional para o congresso, o CNAS já registrou uma resolução pedindo que retirassem da reforma da previdência qualquer assunto relacionado ao benefício, e foi encaminhado a diversos parlamentares. O CNAS avaliou necessários trazer ao Conanda esse tema tendo em vista que afeta os direitos de crianças e adolescentes. Entre as várias solicitações encaminharam moção direcionada ao congresso citando as causas da mudança BPC e o Conanda também recebeu cópia. Indicou que é necessário continuar articulados pois a reforma da previdência está suspensa por vários motivos políticos mais temos que estar preparados para quando essa pauta retornar e bem articulados com as bases parlamentares.

A presidente pede para convidar um representante no conselho nas próximas ações do CNAS. O conselheiro Edmundo fala que a reforma da previdência não afeta só o BPC mais o trabalhador rural e por idade. O conselheiro Renato questiona que o plano não atende os direitos dos povos de comunidades tradicionais. Já a conselheira Ana Beatriz enquanto representante da APAE se coloca à disposição para ajudar na mobilização.

Solenidade de assinatura da Resolução conjunta com CNAS/ CONANDA que foi aprovada no dia anterior, a presidente do Conanda cita as gestões anteriores parabenizando por essa conquista em principal o ex-presidente do Conselho o Sr. Fabio Paes. Claudia Vidigal e Fabio Bruni assinam a resolução.

3. SINASE:

A presidente do Conanda dá início informando que não tem pauta definida, pois está em aberto devido aos últimos acontecimentos, como as mortes que ocorreram nos centros de internações socioeducativos, ela pede propostas de posicionamento e como relacionar e se posicionar em tal situação. Informa que a reunião de avaliação do Sinase vai preceder a próxima assembleia, já ficou debatido com a mesa diretora que o conselho possa se posicionar a partir dessa comissão que está sendo formada nos casos de acontecimentos de extrema importância possa se posicionar a partir do âmbito dessa comissão minutar uma nota imediata que em 24 horas seja aprovada pela mesa diretora e agora verifica se a plenária concorda. Houve concordância e a partir de hoje fica estabelecido que sempre que houver qualquer ocorrência grave nas unidades de sistema socioeducativo a nota seja solta em 24 horas. O conselheiro Romero aproveitando a questão pede ao Conselho que encaminhe nota solicitando o fechamento da unidade de Abreu e Lima em Pernambuco, o conselheiro Vitor Cavalcante relatou o ocorrido em Lagoa Seca no Lar do Garoto na Paraíba, com estrutura precária e super lotação sem acesso de ônibus para os familiares, com violações de direitos por parte dos agentes e os juízes não tem respeitados os prazos de internações estabelecidos pelo ECA e pela Lei do Sinase e com as festas de São João aumenta a quantidade de internação e com muitas mudanças na gestão administrativas e caso e de extrema urgência e pede apoio federal, e a FUNDAC está endividada e terceirizando os serviços prestados e não cumprindo com os obrigações trabalhistas. A comissão Intersetorial do sistema socioeducativo do Estado da Paraíba decidiu depois de várias tentativas que não evoluíram levar o caso as cortes internacionais e o Conanda quem, que ver como irá se posicionar enquanto conselho Nacional. A presidente do conselho pede esclarecimento se alguma incidência foi feita diretamente junto ao Governador quanto aos recursos financeiros da FUNDAC e se o espaço da comissão Intersetorial conta com apoio do poder de justiça? O conselheiro Renato relata que a situação é grave e pede ao colegiado uma rápida ação antes do São João, pois estão negligenciando o ECA, o conselheiro Vitor informa que a comissão Intersetorial do Sinase tem a justiça participando, nem todas as vezes os juízes sem faz presente mais a equipe técnica do juizado acompanha todo processo. A representante do CDCA/MG a Sra. Miriam relata a violência no Estado de Minas Gerais com 3 mortes com requinte de crueldade e solicita que o Conanda resgate junto ao CEDCA

/MG todos os relatórios de visitas e fiscalizações realizadas de 2014 à 2017 em todas as unidades do sistema de internação do Estado e fala que existe grupo gestor trabalhando propostas para renovação do sistema socioeducativo. A conselheira Lucimara pede que o Conanda faça campanha na mídia para divulgar a lei do Sinase pois já passou por experiências de que nem os policiais tem esse conhecimento. O conselheiro Manoel Torquato relata que no Estado do Ceará as ocorrências diminuíram devido a quantidade de fugas e por isso o sistema não entrou mais em colapso. O conselheiro Sergio Marques relata que a crise no sistema socioeducativo tem refletido no acolhimento institucional, pois por falta de vagas os juízes têm mandados os adolescentes para o meio aberto nas unidades de acolhimento institucional. A conselheira Maria Yvelônia fala das experiências como gestora do sistema socioeducativo e como assistente social que atua nos atendimentos desses adolescentes e que sabe quão grande é a dor de uma mãe que recebe na madrugada a informação da morte do seu filho, e que o caminho é mais atuação das políticas públicas. O conselheiro Danyel relata que a situação emergencial do Sinase hoje depende de atuação de vários atores pede pontuação para chamar atenção dos governadores para ativação rede local, municipais pois tem ocorrências não chegam ao Conanda. Levar os casos ao conhecimento do FONACRIAD e pedir monitoramento mais próximo dos gestores. A conselheira Iolete diz que uma crise não pode ser tratada como problema central e que há necessidade de um monitoramento maior e aniversário do ECA é uma oportunidade para colocar essa discussão em pauta. O coordenador Geral do Sinase/SNDCA o Sr. Ricardo diz que vem de um trabalho direto com o sistema socioeducativo como gestor, e já passou pela situação de rebeliões e mortes e que é muito difícil entregar para a família seu filho morto, isso marca muito o exercício profissional. É necessário mudar o olhar e estabelecer uma relação melhor pois nem todos os gestores e trabalhadores do sistema são violadores de direitos, pois pelos contatos recentes desses últimos acontecimentos percebe-se o quanto eles estão preocupados com a situação e com o alto índice de internação e isso tem que ser destacados nessa reunião de avaliação da comissão do Sinase. Indica ainda que os encaminhamentos apontados, visitas e notas são importantes. A Coordenação Geral tem várias visitas agendadas. Relata que o esforço maior é um trabalho insetorial com vários agentes e tudo isso vai se concretizar com o pacto pelo Sinase.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Nota Pública – definição de fluxo: Comissão – Conselheiros - mesa diretora (aprovação) – publicação;
2. Visibilidade do Sinase (Campanha) – Falar com a Thais e Ana Claudia;
3. Viabilizar as visitas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA) nas unidades socioeducativas no Brasil;
4. Monitoramento via CGSINASE e conselheiros locais da situação do SINASE;
5. Notificar todos os governadores dos estados – Conanda;
6. Execução orçamentaria dos estados – Indicar para a Comissão de avaliação realizar o procedimento;

7. Notas públicas (PE, PB, PA);
8. Plano Nacional – envolver a comissão;
9. Solicitar ao CEDCA MG os relatórios do SINASE 2014-2017;
10. Formação de agentes pela SENASP/MJ – Encaminhar demanda para comissão de avaliação;
11. Levantamento de ações das Políticas Públicas que devem constar no Pacto – Encaminhar demanda para Comissão de Avaliação;
12. Incluir o tema SINASE na audiência pública aproveitando o aniversário do ECA (13 de julho de 2017);
13. Solicitar ao CGSINASE síntese das ações em andamento para compartilhar com o Conanda.

4. Constituição de GTs:

O Vice presidente do conselho relata que a demanda por grupo de trabalho e provocada quando as comissões não têm a colisão suficiente para elaboração de políticas e como temos quatro comissões permanentes não há vazão de atender a todos os temas e com isso a sociedade civil elaborou três propostas de grupo de trabalho que já passou pela mesa diretora e houve concordância e agora traz para esse pleno fazer a votação que são: Grupo de trabalho da Letalidade, Grupo de trabalho Povos e comunidades tradicionais e Grupo de trabalho de revisão da resolução 113. Aprovação da instituição dos grupos de trabalho por unanimidade.

5. Homicídios na adolescência:

Principais pontos abordados: A presidente do CONANDA fez a entrega da publicação: Índice Homicídios na adolescência no Brasil - IHA 2014 e fala sobre a importância da mobilização e a visibilidade que a publicação traz para o tema, que foi definido no colegiado como o de maior interesse, levantando a importância de se planejar a realização de um lançamento formal da publicação no CONANDA juntamente com o Observatório de Favelas (que seria convidado a participar da próxima plenária, para que os mesmos possam apresentar os dados entregues, fato a ser discutido pela mesa diretora). Entende-se que essa semana não seria um bom momento para a divulgação, devido o lançamento do estudo, mencionado pelo conselheiro Renato, do IPEA que demonstra o aumento de 10% nos índices de homicídios no país como um todo, sendo os adolescentes e jovens os principais alvos desses crimes. Nesse sentido, entendeu-se que poderia haver a mistura dos dados do IHA e do IPEA, sendo importante dar um tempo, para depois trazer esse estudo.

A presidente esteve presente na apresentação do Índice de Homicídios na Adolescência no Brasil na Assembleia Legislativa, e indicou que a articulação da rede no estado do Ceará foi impressionante, legislativo, judiciário, defensoria, sociedade civil todos presentes com ações e proposições, mesmo tendo a informação que o Ceará é líder no ranking de homicídios, o estado, ao mesmo tempo, é líder na busca de resposta, montando estratégias de enfrentamento, dentro de outra pesquisa apresentada que é a de Trajetórias Interrompidas, que parece ser uma excelente estratégia de articulação em resposta às

evidências que se tem com o estudo, porém que ainda não gera resultados imediatos, mas que parece a todos uma política promissora. Esses estudos mostram que 70% dos “meninos” que são assassinados estão fora da escola e que a grande maioria desses “meninos” são assassinados a 500 metros de casa, sendo mortos em suas próprias comunidades e muitas vezes por pessoas já conhecidas, sendo possível então maior mediação desses conflitos. A presidente pede desculpas por não fazer a apresentação formal do estudo, pois não se sentiu a vontade de fazê-la em nome dos pesquisadores, e faz menção a aprovação da mesa diretora do convite.

6. Continuação da relatoria das Comissões:

a. Comissão de Políticas Públicas - CPP

Coordenadora: Conselheira Juliana Maria Fernandes Pereira

Relatora: Conselheira Catariana de Santana Silva

Principais pontos abordados: O conselheiro Danyel faz o resgate do ocorrido na última assembleia, onde houve a informação de que o PL da reforma trabalhista poderia interferir na política de aprendizagem profissional, e daí foi escolhido um pequeno grupo para fazer uma Nota Contrária a essa interferência que no momento se vislumbrava negativa. Catarina, Danyel, Roberta, Deuzinea, produziram a nota. Percebeu-se a luz do texto que tramita no senado federal, que realmente não há nenhuma disposição que altere a política de aprendizagem profissional. Foi apresentado um PL que altera a questão do trabalho no campo, onde existem proposta como: Trabalhador rural poderia ser pago com moradia e alimentação. Esse PL tem dispositivo que pode alterar profundamente a aprendizagem profissional na questão do campo, deste modo a relatoria da CPP mudou o foco, por sugestão da conselheira Deusinha após conversa no Congresso Nacional, e por isso a Minuta da Nota Publica Contrária será realizada em relação ao PL 6442/2016.

Danyel faz apresentação da Minuta da Nota Publica Contrária ao PL 6442/2016, do Deputado Nilson Leitão, do PSDB de Mato Grosso, que trata das normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. O PL tem um dispositivo que altera profundamente a questão da aprendizagem profissional na questão do campo, deste modo, mudamos o foco para realizar uma nota baseada nesse PL para o pronunciamento do Conselho diante dessa proposta.

A presidente faz indicação da falta de necessidade de leitura da Nota uma vez que todos os conselheiros, tanto sociedade civil quanto governo, tem conhecimento do teor do material. Entretanto, decide-se fazer a leitura integral da Nota para que sejam feitos todos os ajustes necessários.

A conselheira Roberta propõe proposta de alteração no item 2 e 3, o conselheiro Vitor Pegler faz a sugestão de troca do termo “menor” para adolescente, a Presidente informa que apesar do termo ter se tornado impróprio a Lei por ser antiga ainda trata como “menor”, portanto a troca do termo poderá tornar a Nota inválida, e por este fato sugere a inserção de notas de rodapé para atualização de termos que estão desatualizados, o conselheiro Manoel faz observação com relação a Lei do MIROSC sobre a utilização do termo “entidades sim fins lucrativos”, a Sra. Miriam, representante da CDCA/MG, identifica que o

termo “entidades sem fins lucrativos” deve ser utilizado por conta da Lei nº 10.097, o termo também é inserido como nota de rodapé atualizando o termo para “organizações da sociedade civil” e por último o conselheiro Danyel faz observação que os termos das leis trabalhistas não estão alinhados com a nossa política.

A representante da CDCA/MG faz agradecimento ao CONANDA em nome do Fórum de Aprendizagem Estadual de MG, do Fórum Nacional de Aprendizagem e das entidades que compõem este Fórum, por garantir os direitos trabalhistas dos adolescentes, porque a única política pública que se tem atualmente para os adolescentes é a da aprendizagem.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Apresentação da Minuta da Nota Pública Contrária ao PL 6442/2016, do Deputado Nilson Leitão do PSDB de Mato Grosso;
2. Leitura, discussão e alterações da Resolução
3. Aprovação por unanimidade a Nota Pública Contrária ao PL 6442/2016.

b. Comissão de Orçamento e Finanças - COF

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger

Relatoria: Danyel Iório de Lima

Principais pontos abordados: O conselheiro Danyel informa que há apenas um encaminhamento a trazer para a assembleia e que ademais serão apenas narrações do que foi discutido. Nessa reunião da COF o governo apresentou a primeira proposta de plano de aplicação que não será apresentado na assembleia, tendo em vista que será fechada uma posição da comissão para então ser trazido, ao plenário com os devidos esclarecimentos. Essa temática ocupou bastante tempo da Comissão pela manhã, e a comissão tem o indicativo de trabalhar a aprovação no próximo mês. Sobre a questão do orçamento e do plano de aplicação foi deliberado uma Nota do Conanda em relação aos problemas que se tem tido com relação aos Fundos, ao orçamento, tendo em vista que existem duas questões mais prementes: muitos governos estaduais e municipais têm aprovado desvinculações de receita e utilizado os recursos do fundo para outras destinações que não àquelas dadas pelos respectivos conselhos e também a ausência de autorização de gastos mesmo se verificando um superávit financeiro na conta, onde se tem mais dinheiro na conta do que autorização para gastar. Deste modo, a intenção é se manifestar via Nota Pública construída pelos membros da COF.

O conselheiro Danyel informa aos demais conselheiros que o edital em vigência foi encerrado para propostas no dia 28/05, e que ao fim do prazo foram recebidas 128 propostas para análise. As análises dos pareceres do edital serão realizadas reuniões no dia 09/06/2017 e no dia 21 ou 22/06/2017 pela Comissão de Seleção. No momento, o edital encontra-se na fase de ranqueamento das propostas para passar para homologação e para então se chamar as entidades para concluir a seleção.

O conselheiro Danyel dá andamento ao encaminhamento da composição da Comissão de Seleção e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, onde os conselheiros que participam da Comissão de Seleção dos projetos não poderão participar da Comissão de Monitoramento e Avaliação. No próximo edital as comissões podem se inverter. Foi proposta alteração na composição da Comissão, tendo em vista o desligamento do conselheiro do governo federal, Clever da SEPPIR, e a impossibilidade da conselheira da Avelina da Previdência Social comparecer na comissão pelo governo. A alteração consiste na indicação da conselheira Felícia -SEPPIR para assumir na Comissão de Seleção e o conselheiro Fábio do Ministério da Previdência na Comissão de Seleção e a conselheira Avelina na Comissão de Monitoramento e Avaliação. A presidente apresenta a Resolução da Comissão de Seleção – Troca dos membros da comissão.

O conselheiro Romero solicita esclarecimento com relação da ausência de autorização para o uso do recurso do Fundo e se haverá uma Nota Técnica elaborada pela COF, onde Danyel esclarece que será elaborada uma Nota Pública pelo Conanda. Romero solicita que retornem a deliberação da assembleia anterior, proposta por ele, onde solicita que a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente elabore nota técnica para que houvesse acesso ao recurso do Fundo, já que foi apresentado que o recurso havia sido incluído como um recurso/orçamento da SNDCA. A presidente informa que pode fazer nota técnica pela SNDCA, mas que se busca a atuação mais forte da sociedade civil e Romero informa que acredita que essa seja uma demanda que deve ser levada ao Fórum DCA, porque lá é o espaço da sociedade civil, que nesse contexto o governo deve sim atuar, até porque deve ser realizada por ter sido uma deliberação da assembleia anterior.

A presidente esclarece a plenária que a assembleia não pode deliberar sobre ações da Secretaria, a Secretaria aceita recomendações e realiza as ações de acordo com a pertinência, questiona ao conselho, se o mesmo quer elaborar uma Nota em manifestação e solicita deliberação.

O Conselheiro Renato faz questionamento sobre a possibilidade de lançar novo edital, e faz apelo pela realização de um estudo pela COF para um modelo novo para edital, onde não seja utilizado o SICONV, pois o mesmo é excludente, tendo em vista que há a exclusão da maior parte das entidades que trabalham com criança e adolescente nesse país. O conselheiro Edmundo solicita que sejam apresentadas de propostas de ações para recebimento de recurso, com a maior brevidade possível, considerando que já está sendo realizada a construção do plano de aplicação, e se não entrar no plano de aplicação não haverá financiamento. Sobre a Nota, existem dois momentos: o momento do Conanda como órgão da institucionalidade, que vai propor uma Nota, mas nada impede que o Fórum DCA também fortaleça esse movimento, para que se esgote todas as possibilidades para que se tenha mais recursos para a área da criança e adolescente. Sobre a questão do Edital foi informado para o conselheiro Renato que tendo em vista que existe uma legislação que regimenta essa questão, que estabelece apenas 3 formas de contratualização entre governo e sociedade civil que é Termo de Cooperação, Termo de Fomento e Termo de Colaboração. O conselheiro Vitor Cavalcante solicita posicionamento do CONANDA sobre o FUNDO por meio da Nota Técnica.

O conselheiro Edmundo faz referência a solicitação do conselheiro Renato, informando que já houve aprimoramento no edital lançado, os anteriores eram mais complexos e faz crítica ao funcionamento do SICONV, pois a legislação já mudou, mas as ferramentas do SICONV não mudaram, permanecendo com informações imprecisas. O conselheiro solicita ainda, que todas as comissões encaminhem as propostas para o plano de aplicação com pelo menos 10 dias antes da próxima plenária.

Danyel faz o fechamento da relatoria, reiterando a fala do Edmundo que solicita o encaminhamento das propostas com antecedência, lembrando que deve ser baseado no planejamento estratégico já realizado. Com relação ao Edital, Danyel informa a possibilidade de abrir chamada pública e já começar a pensar em um cronograma.

Conselheiro Renato agradece os encaminhamentos da Presidente

Deliberações e encaminhamentos:

1. Resolução da Comissão de Seleção - alteração de membros
 - 1.1. A conselheira Felícia Mariana Santos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial assume no lugar do ex-conselheiro Clever Alves Machado também da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
 - 1.2. O conselheiro Fábio Souza da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda, assume a comissão de seleção no lugar da Avelina Alves Lima Neta, também da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda Previdência Social, e a conselheira assume a Comissão de Monitoramento e Avaliação.
 - 1.3. A conselheira Gabriela Cruz da Silva da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial assume a Comissão de Monitoramento e Avaliação.
2. O Conanda deve subsidiar o fórum DCA a produzir o documento sobre a utilização dos recursos do Fundo.
3. Conanda fará nota sobre a utilização do recurso ressaltando o não contingenciamento – onde o recurso pertence a SNDCA.
4. A SNDCA/MDH fará nota sobre a utilização do recurso do Fundo para subsidiar a nota pública do Conanda
5. Realização de um estudo pela COF para um modelo novo para edital que de preferência não utilize o SICONV, isto é adequar edital/MIROSC/SICONV.
6. Encaminhamento das comissões das suas propostas para o plano aplicação com planejamento para o uso de recursos do fundo até 1 de julho para que sejam apresentados na assembleia de julho
7. Comissão de seleção será 9 de junho entre 21 ou 22 de junho
8. Adequar edital/MIROSC/SICONV
9. O dinheiro do Fundo não deve ser contingenciado

Todos os encaminhamentos da COF foram aprovados por unanimidade.

7. Alteração do Prazo do Plano Decenal.

A presidente informa que na última assembleia foi deliberado que seria dado tratamento diferente aos municípios e estados e que o prazo seria alterado.

Encaminhamento/deliberações:

1. Leitura e alterações pertinentes da Resolução que trata da alteração das datas do plano decenal para aprovação;
2. Resolução aprovada por unanimidade

8. Apreciação da Minuta de Resolução da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A presidente abre para apreciação a Minuta de Resolução da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O vice presidente Professor Marquinhos lembra que a Minuta já havia sido aprovada na assembleia anterior e que a leitura do texto será feita para a formalização. Durante a leitura e discussão sobre a resolução a presidente informa que desde o princípio seria importante contar com adolescentes no comitê de organização das conferências, como a comissão ainda não está instituída, a ideia é convidar três adolescentes para participar da comissão de organização, dando voz ativa a eles. A conselheira Roberta faz a sugestão de convidar algum adolescente do Distrito Federal que já participe da Comissão de Mobilização e Informação, pois já possui um segmento na área. O conselheiro Edmundo relata que o Conanda já havia enviado um documento para os conselhos com um cronograma das conferências municipais, a estadual e a nacional e que seria interessante que nessa resolução constasse o referido documento. O Conselheiro Vitor Pegler contesta a definição do cronograma e informa que houve um questionamento sem consenso do referido cronograma, considerando que não há tema ainda para as conferências. O argumento utilizado pelo conselheiro Edmundo é a falta de orçamento para a realizações das conferências municipais. Conselheiro Vitor Cavalcante reitera que ficou deliberado na última assembleia que em 2018 seriam realizadas as conferências municipais e que em 2019 seriam feitas as estaduais e a nacional.

O vice presidente Professor Marquinhos sugere a inserção da previsão para 2018 para as conferências municipais para que os municípios se organizem com relação aos seus orçamentos, deixando o cronograma a ser estabelecido pelo Conanda em outra resolução. O conselheiro Fábio faz um esclarecimento de que a inserção de um artigo proposto pelos conselheiros onde expõe sobre o cronograma da realização das conferências, a resolução perde seu valor tendo em vista que a mesma tem o intuito de definir sobre a comissão organizadora e não as datas, que poderão ser definidas em outra Resolução.

O vice presidente relata que o 2º artigo da Resolução, que trata da função da presidente e do vice de coordenar a Comissão, não convém à atual configuração, e sugere que seja disposto na Resolução apenas a composição sem citar a questão da coordenação. Com relação a essa questão a presidente informa que

é preocupante a questão de deixar a Comissão sem coordenação e sugere que seja incluído um disposto que a coordenação da Comissão será deliberada em 1º assembleia.

O conselheiro Edmundo aponta um equívoco na ponderação sobre a coordenação, a Comissão deve sim ser coordenada pela presidente e pelo vice do Conanda, o problema está no item que fala que a Conferência será coordenada pela presidente e pelo vice. O conselheiro Vitor Cavalcante sugere que se altere a questão referente a coordenação e que na 1º reunião se defina quem a coordenará.

A presidente informa que recebeu muitas ligações com relação as datas das conferências e que é necessário que se avance com relação ao tema e que houveram pedidos de três estados que não houvesse as três formas de conferências, tendo em vista que uma conferência esvazia a outra, considerando a falta de orçamento, sugere-se buscar junto aos estados a informação no tocante as necessidades frente as realizações das conferências municipais e estaduais, colocando as conferências regionais como opção e não como obrigatório.

O vice presidente Professor Marquinhos informa que a Minuta ainda não irá para a publicação, mesmo depois da aprovação. A presidente informa que a minuta virá com alguns pontos a serem compreendidos que podem sistematizar a questão das realizações das conferências:

- Existe a possibilidade de realização de conferências territoriais dentro dos estados, porém a realização das mesmas não é de caráter obrigatório e que estas não substituem as municipais ou as estaduais.
- Não há obrigatoriedade na realização de conferências nas macrorregiões.

Encaminhamento/deliberações:

3. Leitura, discussão e alterações na Resolução Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
4. Resolução aprovada por unanimidade

18h00: Encerramento da 262ª Assembleia Ordinária do Conanda.